

A reeleição e a Petrobrás

Rogério L. Furquim Werneck*

Voltas que o mundo dá. A presidente Dilma agora acha que a Petrobrás deve ser preservada da campanha eleitoral. “Se tem uma coisa que tem que se preservar, porque tem que ter sentido de Estado, sentido de nação e sentido de país, é não misturar eleição com a maior empresa de petróleo do país. Não é correto, não mostra qualquer maturidade.”

Quem agora diz isso é a mesma candidata que, a partir de 2009, transformou a partidarização do papel da Petrobrás no pré-sal em plataforma de lançamento de sua candidatura à Presidência. É difícil que alguém já se tenha esquecido da sua campanha eleitoral em 2010, saturada por cenas em que a candidata aparecia, em sondas, plataformas e navios, com mãos lambuzadas de petróleo, envergando indefectíveis capacetes e macacões da empresa.

O problema é que, desde então, a Petrobrás converteu-se em inesgotável poço de temas espinhosos, que Dilma preferiria não ter de tratar na campanha da reeleição. O Planalto tem boas razões para estar preocupado. O potencial de desgaste político é de fato grande.

Para começar, é preciso ter em mente que, por impressionantes que sejam, as perdas decorrentes das trapalhadas de Pasadena são incomparavelmente menores que as envolvidas no faraônico projeto da Refinaria Abreu e Lima, imposto pelo Planalto à Petrobrás. E, como já tive oportunidade de destacar em artigo publicado neste espaço, em 4/7, sob o título *Desperdício em grande escala*, Dilma Rousseff é a figura-chave para esclarecer como essa imposição de fato se deu, pois ocupava posições centrais em cada um dos principais elos da cadeia de comando com que o Planalto controlava os investimentos da Petrobrás. Era, ao mesmo tempo, ministra-chefe da Casa Civil da Presidência, coordenadora do PAC e presidente do Conselho de Administração da Petrobrás.

Mas as dificuldades com as duas refinarias são apenas parte dos espinhosos problemas que vêm aflorando na empresa. O irresponsável represamento de preços de combustíveis vem não só impondo grande desgaste ao governo, como lhe exigindo dotes de malabarista para tentar manter um discurso que faça sentido sobre a questão.

A rápida deterioração das contas da Petrobrás, na esteira da “queima de caixa” decorrente desse represamento, vem reforçando expectativas de que o governo não terá

como deixar de aumentar preços de combustíveis logo após as eleições. Mas, empenhado em vender a ideia de que a inflação voltará a ficar abaixo do teto de tolerância da meta no final do ano, o governo não quer dar alento a expectativas de um “tarifaço” pós-eleitoral. É o que explica as manifestações desencontradas sobre correção de preços dos combustíveis que vêm sendo feitas pelo governo e pela Petrobrás.

Em entrevista ao *Valor* de 11/8, Rui Falcão, presidente do PT, preocupado com a questão, apresenta a melhor racionalização que conseguiu articular para a política de represamento de preços de gasolina: “... você tinha que fazer uma escolha entre remuneração de acionistas e o poder aquisitivo da população. E a Petrobrás, além de ter acionistas, é um patrimônio do povo brasileiro”.

A racionalização revela visão confusa e deturpada do problema. O povo brasileiro, por meio do Tesouro, é o acionista controlador da Petrobrás. Manter preços de gasolina irrealistas é uma política perversa que subsidia proprietários de automóveis à custa do povo brasileiro. O governo só teve de apelar para esse represamento populista de preços porque não soube conduzir a política macroeconômica. Agora, só lhe resta tentar evitar na marra que a inflação fique ainda mais alta do que já está.

Eduardo Campos. Sobram razões para o Brasil lamentar o desaparecimento prematuro de Eduardo Campos, um dos políticos mais talentosos e promissores de que o País dispunha. Como bem mostrou sua entrevista ao *Jornal Nacional*, na véspera do acidente que lhe foi fatal, o candidato do PSB à presidência tinha visão extremamente lúcida da urgência de se dar encaminhamento mais consequente às grandes questões que hoje afligem o País.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.